



## **Redes sociais e hierarquias na construção de processos solidários**

**Nerize Laurentino Ramos<sup>1</sup>  
Marilda Aparecida de Menezes<sup>2</sup>**

### **Resumo**

A Articulação do Semiárido Paraibano (ASA Paraíba) se constitui na interdependência dos processos, experiências e atores sociais direcionados à convivência sustentável com a região semiárida. Abordamos, nesse artigo, as Redes sociais e hierarquias na construção de processos solidários, cuja perspectiva teórico-metodológica é orientada a pensar as novas articulações dos atores no semiárido paraibano. Analisamos o discurso institucional da ASA Paraíba, a demarcação do seu espaço de inserção política, através das práticas, discursos e articulações sociais e os significados das experiências e conhecimentos sociopolíticos, técnicos e organizativos para a convivência com o semiárido. Afirmamos, neste trabalho, a existência de uma rede hierárquica de atores sociais como representação de uma multiplicidade de instituições, atores e processos sociais, técnicos, políticos e graus variados de centralizações e descentralizações. Assim, o movimento dos atores sociais pode ser visto como uma combinação complexa de inserção social: capacitação, experimentação, mobilização social, análise e proposições políticas.

---

*Recebimento: 13/6/2011 • Aceite: 28/7/2011*

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia. Docente da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: nerize@uol.com.br

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFCG/PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). End: Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB, Brasil. E-mail: menezesmarilda@gmail.com

**Palavras-chave:** agricultura familiar; redes sociais; solidariedade; semiárido brasileiro

## **Social networks and hierarchies in the construction of solidarity processes**

### **Abstract**

ASA (Articulation for the Semiarid in Paraíba State) Paraíba constitutes the interdependence of processes, experiences and social actors directed to sustainable living within the semiarid region. In this article we approach the social networks and hierarchies in the construction of solidarity processes in which theoretical-methodological perspective is oriented to think the new articulations of the actors in the semiarid of Paraíba State, Northeast of Brazil. We analyze the institutional discourse at ASA Paraíba, the demarcation of its space of political insertion through practices, discourses and social articulations and the meanings of social-political, technical and organizational experiences and knowledge for the living within the semiarid. We state in this work the existence of a hierarchical network of social actors as a representation of a multiplicity of institutions, actors and social, technical and political processes and variable degrees of centralizations and decentralizations. Therefore, the movement of social actors may be seen as a complex combination of social insertion: qualification, experimentation, social mobilization, political analysis and propositions.

**Keywords:** familiar agriculture; social networks; solidarity; Brazilian semiarid

## Introdução

Nesse artigo, analisamos a Articulação do Semiárido Paraibano - ASA Paraíba<sup>3</sup> como uma rede de atores sociais, constituída por uma multiplicidade de instituições e dinâmicas sociopolíticas, técnicas e organizativas, que atuam na construção de consensos mobilizadores e formulação de proposições políticas.

A ASA Paraíba é abordada como uma figuração social (ELIAS, 2001), perspectiva teórico-metodológica que orientou a leitura do material empírico. A análise figuracional aborda a figuração como uma formação social com dimensões variáveis. Nela, “os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas” - redes de inter-relações - em que “se estabelece um equilíbrio flutuante das tensões, um movimento pendular de equilíbrio das forças, que oscila, ora para um lado, ora para outro”. Estes equilíbrios são considerados “particularidades estruturais de qualquer figuração”. (ELIAS, 2001, p.13; 14; 21; 156).

Tratamos, portanto, de uma articulação de atores, que resguarda para si a demarcação do seu espaço social de inserção política na região semiárida brasileira: “inserções de natureza política, técnica e organizacional”, com a “difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com o semiárido” (CARTA DE PRINCÍPIOS, 2000, p. 1). Dessa forma, a sua constituição acontece na confluência de vários processos sociais locais, microrregionais e regionais, com centralizações e descentralizações variadas.

O debate das redes sociais, em algumas das suas principais intuições, afirma a horizontalidade e a solidariedade como marcas características das relações entre atores sociais. Nosso pressuposto é de que este tipo de abordagem corresponde a uma interpretação idealizada da realidade social e que pensar as articulações de grupos sociais, o poder como exercício diferenciado e as hierarquias entre atores, é um ato de reconhecimento, *per si*, da impossibilidade de uma estrutura horizontal de articulação social.

Os discursos que afirmam a centralidade do agricultor familiar são (des) construídos, cotidianamente, desvelados nos discursos e

---

<sup>3</sup> O artigo é resultado da pesquisa realizada no âmbito da Tese de Doutorado: “As redes de atores no semiárido paraibano: trilhas e caminhos da ASA Paraíba” (UFPB/PPGS) e do Projeto de pesquisa Inovação, Poder e Desenvolvimento em Áreas Rurais no Brasil (IPODE), no grupo temático: “Alimentação Escolar - PNAE e PAA: uma análise comparativa” (CNPq /Edital MCT/CNPq/15/2007).

práticas dos atores sociais, à medida que se institui, por dentro da ASA, um protagonismo múltiplo e diferenciado. A percepção institucional da horizontalidade das relações sociais, invisibiliza as hierarquias dos atores que formam a ASA Paraíba. As posições sociais dos atores os distinguem entre si e, simultaneamente, definem suas posições e capacidades de acordo com as relações de poder no debate político e institucional. No entanto, é importante reconhecer que o discurso da igualdade das relações é uma construção tecida por dentro da rede social, nos discursos e práticas de atores que estão em posições diferenciadas.

Esta percepção da igualdade entre atores é uma construção tecida por dentro da rede, nos discursos e práticas dos atores que ocupam posições diferenciadas. A interdependência das articulações sociopolíticas no semiárido paraibano articula os lugares sociais dos atores. As posições sociais os distinguem entre si e, simultaneamente, define as suas capacidades de acordo com as relações de poder no debate político regional.

### **As redes sociais no debate contemporâneo**

Toda sociedade humana consiste em indivíduos distintos e todo indivíduo humano só se humaniza ao aprender a agir, falar e sentir no convívio com outros (ELIAS, 1994a, p.22).

A abordagem das redes sociais, por sua complexidade, abarca múltiplas possibilidades de análise. Assim, pensar a ação social e política, a partir desta chave analítica provoca, nas ciências humanas e sociais, um debate, simultaneamente, multidimensional e multidisciplinar; um entrelaçamento de campos simbólico-linguísticos, disciplinas e áreas de conhecimentos: sociologia, biologia, antropologia, geografia, estudos dos atores e processos sociais, estudos das ruralidades, organizacionais, urbanos; as redes de comunicação e informação, cibernéticas, *on-line*; as redes sociais, políticas, econômicas, operativas, técnicas; uma multiplicidade de análises “referenciadas em situações empíricas particularizadas” (SCHERER-WARRER, 2007, p. 29).

No pensamento social contemporâneo, o conceito de rede é utilizado por vários campos disciplinares e demarcado por quatro grandes movimentos de transformação das sociedades atuais, novas significações de lugar, tempo e espaço: “os movimentos de pessoas ou fluxos migratórios; os movimentos comerciais ou fluxos de

mercadorias, os movimentos de informações ou fluxos informacionais e os movimentos de capitais ou fluxos monetários e financeiros” (DIAS, 2007, p. 9) <sup>4</sup>, e articulando a nossa perspectiva teórica e metodológica: as redes sociais como processos articulados de intervenção social.

A noção de redes tem sido central na compreensão da “Sociedade da Informação”. Como bem diz Castells (2000, p 695) <sup>5</sup>: “A nova sociedade é constituída de redes”. Entre suas vantagens estão à flexibilidade e a adaptabilidade que constituem características fundamentais na orientação de ações em um mundo tão volátil e mutável como o nosso. No entanto, o autor reconhece que as redes constituem uma velha forma de organização social, que, portanto, remete a outros tipos de sociedades ou de sociabilidades, sistemas de trocas, comunicação, de organização da produção e do comércio. Na antropologia, é importante a contribuição da construção da noção de “redes sociais” da Escola de Manchester, através de pesquisas desenvolvidas no Rhodes Livingstone Institute, para compreender a organização de grupos e espaços sociais em países da África, especialmente na década de 1960. A noção de redes sociais aparece como resultado de uma relativa insatisfação com modelos convencionais de análise estrutural; sejam os definidos pelas fronteiras grupais institucionalizadas, como relações de parentesco, categorias de trabalho, pertencimento religioso ou espaciais como bairro, sítio, município, estado, região e país” (MITCHELL, 1969, p. 8).

As análises das redes sociais como processos articulados de intervenção social - em curso - apontam a uma diversidade de possibilidades analíticas, que transitam entre três perspectivas distintas. Primeira, como método estabelece uma orientação na coleta, identificação, organização e interpretação de informações e dados derivados de diversas fontes de pesquisa. Segundo, como teoria social, fornece alguns conceitos para a compreensão da realidade social e terceiro, como intervenção sociopolítica, enfatiza as relações sociais

---

<sup>4</sup> As reflexões realizadas por Leila Christina Dias (2007) se detêm no campo de construção do conceito – dos vários sentidos atribuídos às conexões em rede. Dessa forma, diz que as articulações estabelecidas entre redes e a transformação social da realidade datam da primeira metade do século XIX, com o conceito moderno de rede na filosofia de Saint-Simon. Portanto não se trata, per si, de inovações sociais recentes ou originais. Entretanto, quando aborda as interconexões entre as redes e os movimentos contemporâneos, reconhece a complexidade dessas novas configurações como, também, as novas possibilidades analíticas.

<sup>5</sup> Castells, M. Toward a sociology of the network society. In: Contemporary – A Journal of reviews. September 2000, Vol. 29, n° 5, ASA., pg.693-699

interdependentes entre diversos atores e movimentos sociais para a construção de alternativas políticas de mudança social.

Para os estudiosos dos movimentos sociais contemporâneos, as redes sociais são novos modelos sócio-organizativos, inovações atuais dos antigos e novos movimentos sociais (VILLASANTE, 1998; 2002; BRITO, 2007; GOHN, 1991; 1995; 1997; 2005; MOLL; FISCHER, 1996).

Os modelos analíticos são sempre possibilidades, entre outras tantas abstrações, um empreendimento intelectual de recriação/revisão de procedimentos, métodos de pesquisa: um desafio à análise da realidade social. E, neste percurso, ocorrem aproximações e distanciamentos entre autores, teorias e métodos.

Nesta perspectiva, os estudos específicos acerca da formação de uma rede de atores sociais no semiárido paraibano localizam-se, historicamente, na travessia entre os séculos XX e XXI, mas precisamente nas últimas quatro décadas. Neste período, acompanham-se várias iniciativas de intervenção nos processos sociais na região semiárida. Diversos atores que tiveram nomeações diversas como os “agentes de mediação”, “técnicos”, “especialistas”, “assessores” ou “serviços de apoios”, entre outras denominações, surgem como suporte técnico, político, metodológico às organizações e movimentos sociais rurais. Aqueles atores sociais, a partir de diferentes lugares de inserção social, passam a empreender (direcionar) seus recursos, seu tempo, seus conhecimentos específicos a diferentes projetos de convivência com a região semiárida paraibana.

A crise de paradigmas das últimas décadas do século XX – 1980 e 1990 - e início deste século introduz novos desafios às análises dos processos sociais e aos referenciais políticos, sociais e científicos (explicação da realidade social) contemporâneos. As mudanças institucionais ocorridas, no Brasil, a partir do processo constituinte e da aprovação da nova constituição (1988), indicam novas figurações sociais, ou seja, os indivíduos vão articulando-se – uns aos outros - por um modo específico de dependências recíprocas (ELIAS, 2001).

Nesse percurso, verificamos uma redefinição dos atores sociais - novos papéis, novas atribuições. Nos processos sociais anteriores – no contexto da redemocratização da sociedade brasileira, pós-ditadura militar, ocorreu a retomada dos movimentos sociais e o surgimento de novas experiências de organização social. Nos “novos movimentos sociais”, os papéis de mediação eram bem definidos e reconhecidos, estabelecendo uma relação direta entre movimento e mediador. Nas mobilizações sociais como greve, ocupação de terra, luta contra a carestia, campanha salarial ou nas atuações de instituições como

associação comunitária, sindicato, comunidade eclesial de base, identificávamos os “representantes do movimento” e os seus “assessores”. Eram indivíduos e grupos que estavam na posição de técnico, assessor ou outros agentes de mediação, geralmente, vinculados aos movimentos eclesiais, políticos (partidos políticos), universidades e organizações não governamentais (ONGs).

Nossa abordagem teórico-metodológica acerca da formação de uma rede de atores no semiárido paraibano, além de se fundamentar na noção de figuração social de Norbert Elias, também, compartilha das proposições teóricas e conceituais dos autores Jan Douwe van der Ploeg (2008) e Norman Long (1992; 2007), especificamente a abordagem analítica (e política) centrada nos atores. Entendemos que a noção de ator está intrinsecamente relacionada à capacidade articulada de influenciar, tomar decisões, argumentar, demandar e legitimar as práticas cotidianas de indivíduos e grupos sociais, “sujeitos ativos”, partícipes na construção dos processos sociais em que estão imersos (LONG; LONG, 1992, p. 5). Em um artigo que analisa a noção de atores de van der Ploeg e Long, Menezes e Malagodi afirmam:

Há, portanto, na elaboração destes autores, um contexto de ‘lutas’, de relações de interação e de poder, no qual os atores que atuam em uma rede de atores tenham a capacidade efetiva de influenciar decisões, opiniões, conquistar demandas e legitimar suas práticas. As noções de agencia, poder e conhecimento são, assim, elementos constituintes do processo de construção dos atores sociais (MENEZES; MALAGODI, 2009, p.8).

A análise centrada nos atores dialoga a concepção de *agency* de Giddens (1984) que trata das capacidades de ação dos indivíduos: poder, discernimento e conhecimento da sua realidade social, em situações variadas, inclusive quando o cenário é de incertezas, limites, coerção social e adversidades múltiplas. Menezes e Malagodi (2009, p.6) entendem por “capacidade de agente” não a simples posse de certas habilidades, capacidades e poderes, mas a habilidade, capacidade de influenciar outros ou assumir um comando”. No entanto, consideram que,

Embora a noção de agente se corporifique nos indivíduos, esta não é atribuída unicamente a estes. Pois esta capacidade de agente é

também constituinte das coletividades: grupos, categorias sociais, representantes de estado, organizações de igreja, por exemplo, aparecem como forças capazes de agir nos eventos, processos sociais, relações entre atores, etc. A concepção geral de ‘agente’ ou de ‘capacidade de agente’ assume como um *a priori* que todos os atores sociais, indivíduos ou coletividades, possuem, de alguma forma, certa capacidade e conhecimento para agirem nas mais diversas situações sociais [...] (MENEZES; MALAGODI, 2009, p.6).

A capacidade de *agency* (possessão de habilidades e capacidade de influenciar outros) emerge na ação recíproca de uma rede de atores, ou seja, da articulação de indivíduos e coletividades, suas práticas cotidianas e seus projetos específicos: “[...] a agência efetiva requer a geração/manipulação estratégica de uma rede de relações” (LONG; PLOEG, 1994, p. 8). Interessa-nos, particularmente, como os atores atuam e interpretam o seu mundo social, suas experiências cotidianas – como criam espaços e viabilizam os seus projetos políticos e organizativos, suas estratégias e relações recíprocas. A ASA é uma rede de atores que apresenta essas características, pois valoriza as capacidades articuladas de argumentação, mobilização e proposição políticas.

### **A ASA Paraíba como rede de atores**

A Articulação do Semiárido Paraibano (ASA Paraíba), como rede social, surge propondo uma nova geografia social e política do espaço/da região/do território, reelaborando imagens, concepções, sensibilidades, enunciados e novas significações da espacialidade regional. Dessa forma, acompanhamos nas duas últimas décadas do século XX - particularmente no final dos anos 1980 e início dos 1990 - um movimento de deslocamento da concepção de região Nordeste para semiárido. Este novo contexto político fez surgir práticas discursivas que criaram um novo lugar social: o semiárido brasileiro e a formação de redes específicas de atores na região. As ações integradas para o semiárido: políticas, técnicas e metodológicas articulam as relações recíprocas dos indivíduos em redes sociais.

Para compreender o movimento e hierarquias entre atores sociais, vejamos os dados de pesquisa realizada<sup>6</sup> por Sant'Ana<sup>7</sup> (2005), membro da ASA Brasil, com as organizações que compõem a Instituição. O autor investigou os “problemas e desafios” da Articulação do Semiárido e realizou uma análise institucional com base na pergunta: quem somos nós ASA Brasil? Mesmo admitindo um quadro de imprecisões na sua abordagem e a necessidade de estudos específicos para entender as conexões entre os grupos sociais, o autor aponta algumas marcas características desta experiência de intervenção social.

Inicialmente, lembramos que quando nos apresentamos [ASA], nós afirmamos que somos uma rede de entidades plural, de origens diversas, configurações, objetivos, etc. Em comum, todas se definem como: apartidárias, não confessionais e autônomas [...] pode-se perceber que na média as entidades da ASA trabalham simultaneamente com vários temas e questões [...] O primeiro grupo é formado pelas organizações de base comunitária: as associações de moradores, agricultores, assentados de reforma agrária, pequenas comunidades, entre outros. Do ponto de vista quantitativo, é considerado o grupo mais expressivo: totalizando 59% dos grupos que compõem a ASA Brasil. O segundo grupo é composto pelo movimento sindical: 21% das organizações são de matriz sindical e o terceiro grupo, de origem eclesial, formado pelas organizações ligadas as Igrejas (católica, evangélica), ocupa 11% do total geral das entidades membros da ASA Brasil (SANT'ANA, 2005, p.2-5).

---

<sup>6</sup> Silvio Sant'Ana., membro da ASA Brasil, produziu o texto: **Governança e gestão da ASA**. Brasília, out. 2005. 26p (mimeo.), com ênfase nos dados sistematizados do “público alvo” da ASA em todo semiárido.

<sup>7</sup> Aqui cabe lembrar o debate sobre os movimentos sociais nas décadas de 70 e 80, quando abordam as “ações particulares, pontuais, setoriais” ou “experiências espontâneas, locais” como limitadas, projetando-as em um horizonte estratégico de longo prazo, qual seja, o “movimento político de caráter popular” (BORJA, 1975).

Com base no exposto, podemos afirmar que A ASA consolida-se como uma rede de atores com dinâmicas e racionalidades específicas: um entrelaçamento de atores e organizações, comunidades e experiências que atuam como microrredes (rizomas ou raizinhas) dentro de redes mais amplas. A rede articula as unidades familiares, associações comunitárias, sindicatos de trabalhadores rurais em diferentes escalas de organização sociopolítica.

Em mapeamento realizado pela Coordenação Ampliada da ASA Paraíba, em reunião realizada em 14 de março de 2007, no município de Patos, PB, foi possível mensurar a interdependência dos processos sociais no campo. O objetivo, na ocasião, era contabilizar as experiências articuladas – nomeá-las, enquadrá-las - como organizações membros da ASA Paraíba. A flexibilidade dos dados diz respeito à variação que caracteriza a participação dos atores nas redes e as dificuldades de ordenar as informações e organizar o perfil institucional: número de organizações, público alvo, área de atuação e ações desenvolvidas.

Cada município tem uma história diferente da outra. O que é que a gente não tem? Não tem condições de sistematizar tudo que a gente vê, ou então que a gente não vê, mas que poderia ir lá para fazer os levantamentos, trazer as informações; nós não temos condições hoje de documentar tudo que se passa, fazer um raio x né? Aonde a ASA avançou, aonde não passou apenas a cisterna, não é verdade? Nós não temos condições de extrair essas informações. Então nós temos as informações mais aleatórias, por cima. Então tem casos que não funciona, não funciona a política como foi colocada. (Dirigente do STR, Aparecida-PB e Coordenador da ASA Paraíba).

Na ocasião do mapeamento foram contabilizados: 26 sindicatos de trabalhadores rurais, 11 paróquias, 02 pastorais sociais, 03 centrais de associações comunitárias, 01 central de assentamentos rurais, 01 central sindical, 02 associações de apicultores, 02 articulações sindical e de organizações da agricultura familiar, 03 programas de serviços de ação diocesana, 10 Organizações não Governamentais (ONG's), 02 coordenações de serviços de assessoria, aproximadamente 500 grupos e associações comunitárias, 3.577 comunidades do P1MC – Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais.

Ao introduzirmos, como chave de leitura, as experiências solidárias dos atores sociais, adotamos o discurso institucional da ASA Paraíba. Portanto, ao tratarmos as “experiências” estamos nos referindo às múltiplas formas de organização social, técnica e produtiva da agricultura familiar e, nelas, estão incluídas as “tecnologias sociais”: a cisterna de placa, a barragem subterrânea, o poço artesiano, o tanque de pedra, a mandala, as feiras agroecológicas; os processos sociais e políticos pensados como articulações em redes de atores: água, abelha, educação, sementes e, também, as instâncias sócio-organizativas: os coletivos regionais como formas diversificadas de participação e representação institucionais; a as relações recíprocas entre os atores sociais - as capacidades articuladas de influenciar e ser influenciado pelo outro.

Dessa forma, as experiências são constitutivas tanto das atividades promovidas pela ASA, com base no princípio da convivência com o semiárido, como as formas organizativas. As relações entre os atores e suas redes são perpassadas por conflitos de interesses, disputas e construção de solidariedades. Entendemos o conflito como valor de sociação<sup>8</sup>, nos termos defendidos por Simmel (1983, p. 122-124): “conflito não é patológico nem nocivo à vida social, pelo contrário, é condição para sua própria manutenção, além de ser o processo social fundamental para a mudança de uma forma de organização para outra”. Dessa forma, os conflitos são tratados como dimensões constitutivas e constituintes da vida social nas suas múltiplas manifestações.

No processo de constituição das articulações no semiárido paraibano, os conflitos surgem como “uma das mais vívidas interações” em intrínseca relação com as hierarquias de poder - as “restrições mútuas”- o silenciamento dos atores; o enfrentamento de posições, argumentos; nas relações paradoxais de reconhecimento e desconhecimento. No entanto, o reconhecimento dos atores sociais não é um dado independente, em si, por ser parte de múltiplas regulações sociais<sup>9</sup>: redes de influências, interesses e poder. O ato de ser reconhecido pelo grupo se relaciona, diretamente, ao lugar social

---

<sup>8</sup> Sociação: “processo constituído pelos impulsos dos indivíduos, ou por outros motivos, interesses, objetivos; e pelas formas que essas motivações assumem” (Simmel, 1983, p. 19).

<sup>9</sup> Para compreender o compromisso dos indivíduos com o grupo maior é preciso empreender um complexo percurso analítico: uma combinação de auto-regulação social, coerção, múltiplas intersecções, convenções e interesses próprios e coletivos (DOUGLAS, 1998).

daquele que reconhece ou desconhece – o lugar do outro – como “semelhante”, “diferente” ou uma combinação de ambos. O reconhecimento se relaciona, também, com grau de legitimidade alcançada: a capacidade “que os membros de um grupo têm de propor – e conseguir – que os demais façam o que eles propuseram, tanto para a formulação como para o atendimento dos objetivos do grupo [...] processo pelo qual essas proposições se constroem e se executam” (AGUIAR, 2003, p. 1). A presença do “outro” – como parceiro, adversário e / ou membro do grupo, associado aos níveis variados de dependências recíprocas, orientam o pertencimento, o poder, a legitimidade e a representação de cada membro na rede social.

Dessa forma, as posições ocupadas pelos atores sociais são diferenciadas e se relacionam, diretamente, com o poder de intervenção sociopolítica: as capacidades articuladas de argumentar, sistematizar, organizar e convencer o outro. Verifica-se um intenso e conflituoso “movimento dos atores” na construção dos consensos institucionais. Os níveis variados de dependências recíprocas orientam o movimento hierárquico das redes de solidariedades.

Partimos do pressuposto que a intervenção política dos atores sociais ocorre de forma diferenciada e independe das intencionalidades expressas de cada personagem envolvido. Há diferenciações nos discursos, posições, papéis e funções exercidas, acesso e controle da informação, formulação e execução de propostas, mobilização social, nas convenções políticas e identitárias; são arranjos sociais construídos e desconstruídos continuamente no semiárido paraibano.

A rede de atores, para ser legitimada, necessita estabelecer parâmetros comuns que articulem as decisões, os consensos e os processos na sua totalidade. A construção de acordos (consensos) básicos são elementos constitutivos e instituintes da experiência da ASA: práticas e comportamentos paradoxais em um que os atores se reconhecem, simultaneamente, como diferentes e semelhantes – e um controverso processo de construção das convicções e consensos associados ao pertencimento ao grupo, à região, à rede.

### **Processos solidários: a experiência dos Fundos Rotativos Solidários**

A constituição da ASA enquanto rede afirma a horizontalidade e a solidariedade, como marcas características das relações entre atores sociais. Assim, as experiências dos “fundos rotativos solidários” perpassam todas as experiências, especificamente da ASA Paraíba, e

são, também, referentes para afirmação do discurso da solidariedade. Os FRS são apropriados pelos atores sociais como “empreendimentos solidários”, voltados para aumentar a sustentabilidade dos “sistemas de produção familiar”, ou práticas costumeiras da unidade familiar: o compartilhamento de alimentos, sementes, água e outros bens materiais e simbólicos; as ajudas individual, comunitária, grupal para a melhoria das condições de vida da família agricultora e a troca de experiências e saberes entre agricultores familiares.

No centro do discurso institucional estão os conhecimentos articulados às experiências e os processos de intercâmbios entre agricultores; demarcando quão importante são os processos de trocas de saberes e a sistematização das experiências na afirmação do lugar de ator social do agricultor familiar. Os intercâmbios funcionam como espaços de troca de ideias, opiniões, construção de conceitos, hipóteses e orientações para novas experimentações.

Além de valorizar o saber local, a sistematização é um importante instrumento pedagógico de construção coletiva do conhecimento e de irradiação das experiências bem-sucedidas no campo da agricultura familiar. Independente do formato, seja um boletim, seja um vídeo ou uma cartilha, as sistematizações são centradas na história de vida das pessoas, a promoção da autonomia do conhecimento, da elevação da autoestima, além de motivar os agricultores a criarem e recriarem experiências<sup>10</sup> (NOGUEIRA, 2008, p.1).

Seu Assis é um agricultor que está sempre inovando. Gosta de conhecer outras experiências e quando pensa que pode dar certo na sua propriedade trata de experimentar. Participando de uma visita de intercâmbio do Pólo ao município de Solânea conheceu a mandala<sup>11</sup> que tinha até peixe, se

---

<sup>10</sup> NOGUEIRA, Gleiceani. **Intercâmbio de experiências: lugar de construção e troca de conhecimentos e de protagonismo dos agricultores e agricultoras.** Recife: ASA, 2008. Disponível em: < [http://201.38.94.136:8082/int\\_interface/default\\_exibir\\_conteudo.asp?CO\\_TOPICO=2736](http://201.38.94.136:8082/int_interface/default_exibir_conteudo.asp?CO_TOPICO=2736)>. Acesso em: 28 mar. 2008.

<sup>11</sup> A mandala é uma tecnologia disseminada na região semiárida e faz parte da dinâmica sócio-produtiva de algumas famílias articuladas a ASA Paraíba, a exemplo da família do Sr. Assis. Trata-se de um sistema de policultura, com nove circunferências, destinada a produção da agricultura familiar: plantação de frutas, verduras, tubérculos e hortaliças

interessou por aquela novidade e entrou no fundo Rotativo Solidário da sua Comunidade Pau de Ferro para construir uma mandala em sua terra (INFORMATIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR<sup>12</sup>, 2006, p. 1).

Estas iniciativas institucionais, associadas às formas diversificadas de organização social - as “dinâmicas sociais”- marcam o exercício e o aprendizado da solidariedade nas comunidades rurais: cessão de parcela de terras de algumas propriedades para a formação de fundos de pasto para o uso coletivo, melhoria das vias de acesso à água - construindo ou limpando em mutirão os reservatórios comunitários, doação de leite (e alimentos) para crianças ou doentes, empréstimo entre vizinhos de animais de tração e instrumentos de trabalho, mutirões de beneficiamento de forragem, empréstimos variados: plantio de cultivos, construção de poços amazonas, tanques de pedra, cisternas, capela da comunidade, eletrificação de residências ou direcionados às associações dos pequenos produtores e aos bancos comunitários de semente; e as articulações da ASA: microrregionais, regionais, técnicas-político-organizativas. Nelas, articulam-se as redes de relações interpessoais (família, comunidade, vizinhos, amigos, lazer, religião) com as ações nas comunidades e grupos sociais.

A terminologia “dinâmicas sociais” faz parte de uma combinação de compreensões no discurso institucional da ASA Paraíba, de forma ampla e generalizada, para designar as articulações nas suas múltiplas denominações. Dessa forma, quando tratamos das “experiências” pode-se traduzir, livremente, também, como “dinâmica da água”, “dinâmica da semente”, “dinâmica dos fundos rotativos solidários”; em outras ocasiões o termo é substituído pelo uso recorrente das “redes” como modelo sócio-organizativo - “rede água”, “rede sementes”, “rede educação”, “rede dos agricultores experimentadores”; utilizada, ainda, para indicar ações concretas: “dinâmica da cisterna”, “dinâmica dos bancos comunitários de sementes” e, amplamente, para denominar as articulações regionais: “dinâmica do médio sertão”, “dinâmica do litoral”, “dinâmica do

---

e, ainda, criar pequenos animais. No centro, se localiza um lago, com criações de peixes, patos, marrecos. Não existe um tamanho padrão da mandala, pois depende das terras disponíveis (podendo chegar até ½ hectare) e da articulação com as outras dinâmicas produtivas, podendo inclusive ser construída em pequenas áreas, nos quintais, ou entorno, das casas dos agricultores.

<sup>12</sup> **Armazenando água e produzindo alimento sagrado:** a experiência de Seu Francisco de Assis. Pólo Sindical das Organizações da Agricultura Familiar, março de 2006, n. 140.

agreste da Borborema”, “dinâmica do brejo”, entre outras. Dessa forma, as “dinâmicas sociais”, são apreendidas como as ações concretas do agricultor na sua propriedade, combinadas aos espaços de inserção política e representação institucional.

As primeiras experiências com o fundo rotativo de cisternas na Paraíba aconteceram em nossa comunidade. Em 1993 recebemos cinco cisternas e formamos um grupo de 10 famílias, atualmente (julho de 2005), 83 famílias foram beneficiadas e, destas, 60 cisternas foram frutos dos fundos rotativos solidários<sup>13</sup> (SEMEAR, 2005, p. 1-2).

As práticas solidárias individuais e coletivas são incorporadas ao discurso da ASA Paraíba, como “empreendimentos solidários” de aprendizagem da “poupança comunitária” para o consumo familiar, os sistemas de produção e organização comunitária, as novas lógicas na relação com as finanças comunitárias, uma aproximação às múltiplas formas de partilha de bens e serviços: práticas antigas, novas, espontâneas, socialmente reguladas (DOUGLAS, 1998), interdependentes articulam as dinâmicas sociais e institucionais da Asa Paraíba, nas escalas regional, microrregional e comunitária; processos coletivos de construção de solidariedades entrelaçados por arranjos variados que combinam interesses e disposições individuais e coletivas; comportamentos e experiências dos atores sociais na cotidianidade do seu grupo familiar, e, também, nas articulações regionais e microrregionais, como o Conselho dos Fundos Rotativos Solidários das Comunidades dos municípios de Cacimbas e Teixeira, no Médio Sertão Paraibano.

No início era um conselho que era centrado no CEPFS<sup>14</sup>. Quer dizer: funcionava aqui, as reuniões era aqui nessa sala [Sede da ONG]; era um número ainda menor de organizações; de comunidades e o pessoal no último sábado do mês, algumas lideranças vinham pra cá,

<sup>13</sup> Semear. Boletim da Agricultura Familiar. Experiência da Comunidade de Caiçara, localizada entre os municípios de Pocinhos e Soledade (PB).

<sup>14</sup> O Centro de Educação Popular e Formação Sindical – CEPFS com inserção social na região do Médio Sertão paraibano, particularmente, no município de Teixeira, desenvolve as suas ações junto à União das Associações Comunitárias do Município de Teixeira – UNACT e, na totalidade da região, através de parcerias realizadas com as organizações PROPAC, CAMEC e Cáritas Regional. No contexto da ASA Paraíba participa, a partir do Médio Sertão, das instâncias de coordenação – executiva e ampliada e dos Coletivos Regionais.

junto com uma pessoa do CEPFS e ai, por exemplo, eles diziam como é que tava na comunidade deles, contava um pouco, o que era que tinha sido arrecadado; o recurso quem gerenciava era o CEPFS, e ai, por exemplo, chegava e a gente ia contabilizar, ai pessoal esse mês entrou x, o que a gente vai fazer? Ai uma comunidade apresentava uma demanda, outra apresentava outra e quando as demandas eram muitas, que não tinha condição, ai então, vamos fazer um sorteio, fazer um sorteio pra saber onde é que ia o benefício. O que era que acontecia: às vezes tinha comunidade x que as famílias lá tinha devolvido um valor significativo e no sorteio quem era beneficiado era a comunidade y, que as famílias não tinha devolvido praticamente nada, entendeu a lógica? Às vezes era injusto do ponto de vista do investimento. Mas, ai o pessoal começou a questionar: olha isso tá sendo injusto porque as famílias da nossa comunidade tão se esforçando para devolver o benefício recebido, as daquelas outras não tão se esforçando ou a gente não sabe o motivo porque elas não tão devolvendo, mas estão sendo beneficiadas. Então foi decidido: vamos descentralizar. Cada comunidade fica responsável pelo seu fundo rotativo, então hoje, cada comunidade, descentralizou, cada comunidade existe, tem uma comissão e ela é quem recebe os recursos e administra. Este foi um aspecto da descentralização que deve fazer três anos por aí. Foi fundamental pra chegar ao estado do que se tem hoje do ponto de vista dessa dinâmica no município [Teixeira]. (Técnico do CEPFS e Coordenador da ASA Paraíba).

A história das populações do semiárido paraibano tem sido marcada por práticas coletivas que recorrem a mecanismos de autoajuda e solidariedade que indicam, com variações de intensidades, diferentes graus de envolvimento e cumplicidade. Muitas experiências são individuais, outras são práticas de grupos de interesses ou comunitários, surgidos das necessidades pontuais – interesses

familiares - e se expressam nas relações de interação cotidiana das comunidades locais, proporcionando uma responsabilidade mútua e conflituosa, às vezes circunscrita aos grupos que as praticam.

A primeira ação dessa organização foi a construção de cinco cisternas de placas através de um Fundo Rotativo Solidário de cisternas. Como resultado hoje existem mais seis cisternas construídas com os recursos arrecadados por esse fundo. E no total existem cerca de 60 cisternas na comunidade<sup>15</sup>. Também foi construída com os recursos do Fundo Solidário a sede da associação, onde em regime de mutirão, toda a comunidade (jovens, adultos e crianças) ajudou na construção. Em Sussuarana existem ainda outros Fundos Solidários como de tela e reforma de banheiro (O CANDEEIRO<sup>16</sup>, 2007, p. 1-2).

Os fundos rotativos solidários [FRS], como investimento institucional, são experiências herdeiras da tradição de organização solidária – cultural, política, comunitária – das redes de partilhas que traduzem a crença na comunidade, no vizinho, no parente, nas potencialidades e capacidades de mobilização comunitárias.

O enfrentamento das adversidades climáticas na região semiárida - os efeitos regulares das estiagens prolongadas - pode ser traduzido em inúmeros exemplos de “práticas solidárias”, que persistem há décadas, e podem ser localizadas em quatro grandes blocos de “trocas solidárias de bens”: atendimento às necessidades individuais e da família, infraestrutura comunitária, apoio à produção e contribuições voluntárias e assistenciais; como representação das vontades coletivas articuladas e dos laços de solidariedades construídos:

→ “bem familiar” – reforma, recuperação, eletrificação, cobertura [residências], empréstimo familiar [tratamento de saúde: consultas, exames e compra de medicamentos]; construções, reformas e consertos de equipamentos familiares: cisterna de placa, cozinhas,

---

<sup>15</sup> Comunidade de Sussuarana, localizada na região do Cariri, município de Juazeirinho, PB.

<sup>16</sup> O Candeeiro. Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas. Uma experiência de organização comunitária: a experiência da comunidade de Sussuarana. Juazeirinho, PB. Ano 1, n. 2, jul. 2007. (Projeto Demonstrativo)

privadas, poços, tanque de pedra, aviário; aquisição de animais; despesas com a compra de arame, a confecção de tijolos, aração da terra, plantio, cultivo da roça e investimento no artesanato como renda.

→ “bem comunitário”: modalidades diferenciadas de empréstimos para infraestrutura comunitária - pagamentos, compras, reformas e construções realizadas pela comunidade, através do fundo solidário, direcionadas à Associação Comunitária ou a comunidade, como um todo, para compras de objetos de sala e cozinha, pagamentos da eletrificação da sede, registro do estatuto e documentos variados; pagamentos de mão de obra (eletricista, pedreiros), carnês, multas de isenção do imposto de renda; construção de tanque comunitário, eletrificação da adutora comunitária; construção, manutenção e reforma de prédios dos equipamentos coletivos: igrejas, capelas, escolas, reservatórios d’água.

→ “bem produtivo”: empréstimo de animais de tração, ferramentas e equipamentos de trabalho, reprodutores, sementes para plantio; repasse de ovos para reprodução; distribuição de sementes dos frutos colhidos; colheita e beneficiamento da produção; a debulha manual do milho e feijão – utilizando pedras e varas – ou mutirões para debulha mecanizada de cereais.

→ “bem assistencial”: doação de leite para famílias com crianças ou doentes; troca de receitas medicinais caseiras; distribuição da carne de animais abatidos para festividades; troca de mudas de plantas medicinais; mutirões para construção e reforma de casas; compras coletivas; compra de caixão, empréstimo de gêneros alimentícios; troca de presentes de doces e outros pratos típicos; pagamento de água, confraternizações na comunidade [festa do sisal, dia da criança], despesas com transporte para participação em encontros e reuniões [dinâmicas da ASA: reuniões, encontros, intercâmbios de experiências]; contribuições para o calendário, os fogos da festa da padroeira, a confecção de carimbos, as faixas, a xérox, entre outros.

Para as famílias que participam dos grupos dos Fundos Rotativos Solidários, a aquisição do serviço: trocas de dias de trabalho, mutirões, ajudas no período da colheita, dispor da poupança comunitária - recursos monetários -, o acesso à tecnologia [cisterna, barragem subterrânea] depende de um conjunto de procedimentos e métodos inter-relacionados praticados pelo grupo: número de famílias envolvidas, recursos arrecadados, prioridades estabelecidas para o empréstimo, exigências de devolução do valor disponível – com o acréscimo - e o compromisso com o conjunto das dinâmicas regionais.

O ser ou não contemplado com o fundo solidário, em algumas situações, pode ocasionar fissuras e conflitos no grupo. No entanto, as dependências recíprocas que caracterizam os grupos sociais dispõem de arranjos consensuais internalizados que controlam a competição do grupo.

As dependências recíprocas (ELIAS, 2001) que articulam os grupos de fundos rotativos solidários constroem os laços institucionais. A organização e formalização dos grupos dos FRS surgem como exigência da ASA Paraíba à medida que a solidariedade perpassada pelas necessidades de cada grupo ou rede social, articula a família, a comunidade, o grupo de interesse, os atores sociais. Os processos solidários são internalizados como “atributo” do pertencimento e da racionalização institucional das práticas de reciprocidade.

Nossa avaliação é que as experiências dos FRS estão, a cada dia, se consolidando em muitas comunidades do semiárido da Paraíba, como mecanismo de desenvolvimento comunitário. É, sem sombra de dúvida, uma experiência fantástica. Promove o empoderamento das comunidades à medida que são elas próprias quem decidem a forma de uso dos recursos sem nenhuma intervenção externa. Isso é muito bom! (Técnico do CEPFS e Coordenador da ASA Paraíba).

O discurso do técnico mantém como regularidade discursiva a defesa da “autonomia” e o “empoderamento” dos grupos locais no momento das decisões – “a forma de uso dos recursos” que, segundo afirma, não sofre nenhuma intervenção externa. No entanto, o que verificamos, no transcurso da pesquisa, foram as contradições desta afirmação. As dinâmicas dos fundos solidários são monitoradas, passo a passo, pelas organizações e instâncias coordenadoras municipais e regionais. As contribuições financeiras (as parcelas correspondentes ao bem ou serviço contratados) são realizadas individualmente – ou como família – e, igualmente, por todos. Significa dizer que todos os agricultores, ao participar de um grupo de fundo rotativo solidário, estão “obrigados” a devolver ao fundo coletivo o valor atribuído pelo grupo e, dessa forma, torná-lo rotativo.

Numa outra perspectiva analítica, detectamos uma tensão social ao regulamentar a ação individual, em termos de compromissos com o dever coletivo, que se traduz em comportamentos e sentimentos contraditórios: responsabilidade / irresponsabilidade, confiança /

desconfiança, reciprocidade/competitividade/individualismo, em que todos devem sentir-se responsáveis, uns pelos outros, e o compromisso dos grupos que, com igual intensidade, colaboram e rivalizam, entre si, se aproximam e distanciam, uns dos outros, e compartilham interesses que entram, sistematicamente, em conflitos.

Não obstante, os fundos rotativos de créditos se diferenciam das várias modalidades de crédito bancário disponíveis no mercado financeiro, direcionados, segundo os órgãos governamentais, para “investimentos à agricultura familiar”, e suas exigências formais de certificações, documentação, prazos, taxas e juros. Ao incentivar a formação de grupos locais de fundos solidários, investe-se, como ASA, nas práticas solidárias enquanto processos sociais de aprendizagem da poupança comunitária e de regulamentação institucional dos processos solidários, através dos fundos rotativos, como possibilidade de articulação de grupos para o acesso ao crédito coletivo, utilização de recursos financeiros em espécie - para a satisfação das diversificadas necessidades individuais, da família, do grupo comunitário. Este itinerário vai da resolução dos “problemas particulares” ao enfrentamento das adversidades socioambientais e aos investimentos direcionados às comunidades e unidades de produção familiar.

Observamos, acompanhando o percurso da ASA Paraíba, que há um investimento econômico, social e político na formação de grupos institucionalizados através do “apoio” (assessoria, acompanhamento, financiamento) aos coletivos regionais e microrregionais e instâncias de coordenação e execução, como indutoras (incentivadores) dos processos de gestão solidária. As experiências dos grupos de FRS, nas suas várias versões, ocupam lugar importante nas dinâmicas técnicas e sociopolíticas, e, delas, advém o discurso da solidariedade como valor e atributo institucional. Ao se trabalhar o fundo rotativo da cisterna de placas - o acesso à água de beber e cozinhar disponibilizado pela cisterna se está investindo na solidariedade como valor, nas convicções em torno de uma forma institucional da vida social (DOUGLAS, 1983), implicando em melhoria do sistema de produção e da qualidade de vida da família.

Enfim, as percepções articuladas em torno das práticas solidárias organizam o discurso da ASA Paraíba: o investimento institucional nas redes solidárias como estratégias políticas para o aprendizado e o exercício da solidariedade, dos valores democráticos e da participação igualitária, como atributos relacionados ao pertencimento ao grupo nas suas diferentes escalas de representação social.

Estes processos sociais, por constituição, não são horizontais, nem solidários, muito menos harmoniosos, *per si*, podendo sê-los ou não. Tratam-se de articulações entre atores que nas suas dependências recíprocas delimitam sua inserção social a partir das diferentes posições ocupadas – cenário de aproximações e distanciamentos, conflitos e construção de consensos e de regulação social e institucional: combinações simultâneas de processos que indicam quando uma ação pode ser considerada ‘mais ou menos’ solidária, horizontal, consensual ou conflituosa. As iniciativas institucionais, associadas às formas diversificadas de organização social, marcam o exercício e o aprendizado da solidariedade nas comunidades rurais.

O consenso em torno da solidariedade como valor e atributo institucional articula as instâncias de decisão, nas suas variadas representações. No entanto, o que se mantém como investimento institucional é o exercício como aprendizagem das experiências e comportamentos solidários como valor atribuído ao pertencimento ao grupo.

Os atores e suas relações recíprocas atuam e interpretam o seu mundo social, suas experiências cotidianas – criam espaços e viabilizam os seus projetos políticos e estratégicos em cenários complexos de auto-regulação e influências mútuas; mobilização e articulação de grupos no semiárido paraibano.

Os processos de construção de solidariedades se afirmam em intrínseca conexão com os papéis desempenhados por cada ator, os diferentes lugares sociais ocupados e a distribuição do poder por instância decisória.

### **As hierarquias entre os atores sociais**

Diferentes histórias políticas marcam a formação da ASA Paraíba. As experiências dos agricultores e agricultoras familiares no semiárido paraibano, os movimentos sociais do campo, as Organizações não Governamentais (ONG's), as pastorais e movimentos eclesiais e acadêmico-estudantis e, de uma forma ampla, o “movimento da agricultura alternativa”, combinado às reflexões em torno do fortalecimento da agricultura familiar e a formulação de proposições que apontasse à construção de um modelo alternativo de agricultura familiar.

Nas três décadas passadas – final do século XX e início do século XXI - criaram-se novos espaços institucionais: as Organizações não Governamentais (ONGs), articulações em redes de movimentos e ressignificação dos espaços tradicionais de participação (Igreja,

Universidades, partidos políticos). E, particularmente, nas duas últimas décadas [1990-2000], percebe-se uma acentuada presença das organizações políticas – nas suas múltiplas representações - nos espaços governamentais, nos âmbitos local, estadual ou federal.

Na condição de “articuladores de processos”, portadoras e produtoras de informações, as ONGs ocupam o lugar de destaque como ator social – com reconhecimento, representação, legitimidade e aporte especializado na região; em uma combinação complexa de áreas de inserção social, conhecimentos e proposições técnicas, políticas e organizativas, capacitação, experimentação e mobilização social.

Assim, as Organizações não governamentais (ONGs) ocupam um lugar diferenciado na rede de atores. Em geral, são pequenas equipes de profissionais e técnicos de diferentes áreas do conhecimento e “saberes” acadêmicos (agronomia, ciências sociais, zootecnia, agroecologia, comunicação social, engenharia florestal, educação, história, entre outras) com atribuições específicas nas áreas de “apoio e assessoria” à gestão, através do suporte técnico-metodológico às experimentações dos agricultores nas suas propriedades (certificação social), do acompanhamento, da capacitação, monitoramento e sistematização das experiências.

A inserção do ator técnico, no âmbito das articulações da rede de atores (ASA Paraíba), é direcionada às ações de assessoria especializada e suporte técnico-metodológico às experiências dos agricultores familiares. Os atores técnicos, na particularidade do seu lugar social, atuam como intérpretes das formas de gestão sociopolítico-organizativa.

Tenho clareza da urgência do debate e, mais do que isto, da necessidade de definirmos coletivamente orientações e encaminhamentos necessários à condução daqui pra frente das nossas ações em especial aquelas apoiadas, estimuladas pelo Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o semiárido - um milhão de cisternas (técnica da AS-PTA<sup>17</sup>).

---

<sup>17</sup> AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, localizada na Região do Pólo Sindical da Borborema. A AS-PTA trabalha com “experiências locais demonstrativas”, se posicionando na promoção da sustentabilidade dos agroecossistemas, investindo na introdução de proposições agroecológicas e no fortalecimento das organizações dos agricultores familiares. Como instituição investe conjunto de aspectos que possibilitam a convivência com a região semiárida, quais sejam: ambientais: “deter a destruição dos biomas”; organizativas: “que os produtores rurais tenham estruturas organizativas sólidas a nível local, regional e nacional, e que os

No contexto de uma rede de atores, o papel da mediação se transforma. O mediador é também ator social que desenvolve ações específicas correspondentes as suas habilidades profissionais: técnicos, mobilizadores, indutores e condutores de processos participativos, apoio e assessoria especializada, suporte institucional e financeiro. O paradoxo dessa relação é que são atores, com expressiva visibilidade nos processos sociais, que advogam o protagonismo do agricultor familiar e, para isso, eles se posicionam, nos espaços institucionais, como “invisíveis” ou “invisibilizados” por eles próprios.

No entanto, as posições dos atores não são equivalentes: são graus diferenciados de intervenção nas experiências e articulações, hierarquizadas entre si; os lugares são definidos pelas capacidades dos grupos e indivíduos de fazerem-se escutar e a legitimidade que alcança cada discurso: “as palavras não significam por si, mas pelas pessoas que as falam, ou pela posição que ocupam os que falam. Sendo assim, os sentidos são aqueles que a gente consegue produzir no confronto do poder das diferentes falas” (ORLANDI, 1988, p. 79).

Constata-se um descompasso entre o discurso que advoga a crença na horizontalidade das relações entre atores e a centralidade do agricultor familiar, e, paradoxalmente, como atores sociais, ocupam posição de destaque na condução dos processos sociais, políticos, técnicos e organizativos da ASA Paraíba.

A abordagem centrada no ator indica, portanto, uma complexa trama político- discursiva acerca dos papéis de cada ator na figuração social: os interesses explícitos ou inconscientes de cada ator social, os percalços da representação, as ambiguidades das posições, as capacidades reunidas de argumentação, defesa do projeto, diálogo, proposição e execução de políticas, como variáveis instituintes dessa perspectiva analítica.

Assim, no campo da formulação e proposição nas diferentes áreas do conhecimento, a presença do ator com atribuições técnicas de assessoria se afirma na presença constante e na consistência de um discurso bem articulado de orientação e condução políticas nos espaços institucionais.

---

consumidores urbanos participem ativamente, apoiando uma linha de sustentabilidade para agricultura”; científico-técnico-educacionais: “integrar o paradigma agroecológico na produção de conhecimentos e no ensino agrônomo”; metodológicas: “implementar uma abordagem participativa que permita integrar os valores dos produtores e dar-lhes efetivo poder de decisão”; políticas: “que os partidos políticos integrem majoritariamente a proposta de desenvolvimento agroecológico”; financeiras: “reorientar os fluxos de financiamento dirigidos à promoção do desenvolvimento rural” (Informativo. Breve Trajetória da AS-PTA).

Trata-se de um discurso especializado em determinadas áreas do conhecimento: capacidade reflexiva, análise e resolução de problemas e o poder de decisão nos processos de formulação e execução de políticas, definem os lugares e as posições de cada ator na ASA Paraíba.

Outra coisa que a gente avalia, é que... é, não sei o que é que acontece, mas acho dentro da própria dinâmica da ASA – não que não mereça! – mas é que às vezes tem algumas entidades que termina se sobressaindo sobre as outras, tem... O trabalho é coletivo, é um trabalho de todos, mas às vezes a publicidade é feita em cima de uma ou de outra entidade, onde na verdade os méritos, eles podem acontecer, deveriam ser de todos. São coisas que... acho que são processos, as coisas vão sendo construídas, vão sendo descobertas e é preciso ser melhor trabalhada. A gente acha que é preciso que cada Coletivo Microrregional... a gente já percebeu, inclusive, isso dentro da própria ASA, que existe uma briga no bom sentido, briga política por ocupação de espaços. A gente percebe que quanto mais o Coletivo Microrregional tiver mais força, ele exerce, lá dentro da ASA, pode não receber benefício, mas pode ter um reconhecimento maior. Então são coisas que aqui dentro do Coletivo a gente vem discutindo e não esconde isso de ninguém, e já tem colocado, inclusive, dentro das reuniões, dentro das próprias reuniões que a ASA vem desenvolvendo. Mas, sem dúvida são dificuldades, mas a gente avalia que é uma relação, assim de extrema... recíproca. Acho que a ASA tem contribuído muito para o desenvolvimento... e, ... nós também somos ASA (Técnico do CEPFS<sup>18</sup>).

O discurso técnico como ordenador e orientador das experiências se afirma na relação com o outro, através do debate político das semelhanças e diferenças entre organizações, na adesão, construção de consensos, nos conflitos, na disputa por espaços políticos

---

<sup>18</sup> Centro de Educação Popular e Formação Sindical – CEPFS.

e no confronto de posições. Geralmente, são discursos longos, reflexivos e bem articulados, como se verifica no discurso supracitado, acompanhado de diagnósticos, análises e proposições. O discurso ordenador, por constituição, deve ser firme e estável: incisivo, insistente, assertivo, repetitivo; pode resvalar para o autoritarismo, por se tratar de uma voz segura e eloquente que, em última instância, ocupa o lugar do outro: o agricultor familiar. Não obstante, ao ser emitido solicita a resposta – seja qual for – uma interlocução; se transforma à medida que é proferido e se produz na interdependência com o outro discurso – que pode ser uma expressão de aceitação ou o seu contrário, o seu contraponto.

No processo de constituição das articulações da ASA Paraíba, os conflitos surgem como “uma das mais vívidas interações” (SIMMEL, 1983, p. 122; 150), em intrínseca relação com as hierarquias de poder, as “restrições mútuas” e os processos de diálogo e silenciamento, bem como no confronto de posições, de argumentos; são relações paradoxais de reconhecimento e desconhecimento – do outro (ator), nos consensos institucionais estabelecidos. A disposição dos atores em um ambiente de conflitos é uma característica constitutiva da experiência humana e social.

Os discursos partem da diferenciação das experiências e aportes dos atores sociais. O reconhecimento do jogo político das posições, a hierarquia das funções, as relações recíprocas - adesões, resistências, contraposições - incidem nos deslocamentos dos atores e acontecem dentro da própria rede de poder.

Porque eu acho assim, é, se você tá numa discussão política, numa, eu acho que não.<sup>19</sup> Mas, se você tá num momento de, talvez, de compreensão das experiências, de apresentação da experiência de base, tem mais [o agricultor tem mais peso]. Eu acho que tem esses momentos diferenciados, tem o espaço, na instância, um momento para discutir politicamente, é, pra tirar estratégias políticas, né, de longo prazo, com, para o projeto maior da própria ASA. Eu acho que o que foi colhido dele [o agricultor], no outro momento, retorna, neste momento, neste discurso, dessa pessoa... agente político,

---

<sup>19</sup> A técnica quando afirma que nas discussões políticas o agricultor não ocupa o mesmo espaço político-institucional do “agente político” reconhece que, na ASA Paraíba, as inserções do agricultor e do técnico ocorrem de forma diferenciada.

digamos assim, da ASA. Mas, tem aquele espaço que é o espaço que... Acho que são vários espaços, né? Espaço de ele colocar a experiência dele para nos enriquecer, para enriquecer o grupo; tem o espaço de ele ouvir a experiência do outro para enriquecer a experiência dele, ai nesse momento acho que ele tá construindo e, é, mais o momento dele do que do agente político, né? Acho que ele é a pessoa daquele momento e a gente tem que aprender com ele, e tem o outro espaço, que, talvez, para ele aprender que tem outra pessoa, que tem uma experiência maior, neste sentido, porque talvez não desenvolveu a cisterna, não conhece a cisterna sendo construída, não conhece a barragem subterrânea sendo construída, mas conhece como pensar o projeto e como defender esse projeto noutras instâncias, assim, como seria melhor formular isso para ASA Brasil, formular isso para outros agentes, outros parceiros que não estejam dentro da ASA. Acho que tem esses vários espaços. Acho que isso é separado dentro da ASA. Acho isso bem interessante. Mas, acho que a importância dos agricultores, o espaço onde eles trazem as experiências, onde eles aprendem um com o outro, eu acho que isso é riquíssimo; e é riquíssimo tanto pra ele como pra gente [o agente político]. Porque os grandes projetos, né, o projeto maior da ASA parte daí. Eu concebo assim (Coordenadora da CAAASP<sup>20</sup> e da ASA Paraíba).

---

<sup>20</sup> A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP) atuam juntas, por dentro da ASA, na condução política das redes regionais e temáticas na região do Alto Sertão Paraibano. A CPT, como movimento eclesial e, simultaneamente, serviço pastoral [paróquia, diocese, regional e nacional] e, também, como ator social com forte presença nas regiões do Alto Sertão, Agreste da Borborema, Cariri e Seridó e a CAAASP – Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano, com atuação prioritária na região, atua em 23 áreas de assentamentos rurais, em 13 municípios, numa área de aproximadamente 21.840,20 hectares, envolvendo 931 famílias assentadas. As ações são desenvolvidas a partir da articulação dos trabalhadores assentados no encaminhamento das suas demandas e projetos.

A defesa do protagonismo do agricultor familiar é feita por intermédio do reconhecimento das multiplicidades dos papéis e funções sociais e da diferenciação dos atores sociais. No entanto, no dia a dia da experiência, investe-se na homogeneização dos aspectos diferenciados e enquadram-se as multiplicidades – invizibilizadas em nome das semelhanças: o “projeto comum” de desenvolvimento sustentável da região semiárida, como chave analítica estruturante da rede de atores, ASA Paraíba, que, por sua vez, é materializado - internalizado e significado - nos sentimentos, afetos, vozes e imagens de si, como ator, e do outro – o agricultor familiar; discursos articulados sobre as práticas históricas e autônomas dos agricultores como um dado social disponível à aprendizagem.

A Instituição ASA recebe múltiplas contribuições, uma combinação de assessoria técnica, política, social; realização de parcerias e apoio direto de um programa governamental específico, execução de uma política pública; são aspectos que colaboram, decisivamente, nos processos de mobilização social.

Quando se exige dos membros da ASA Paraíba um comportamento, formalmente idêntico numa situação idêntica, investe-se na centralização dos interesses, dos discursos, da aprendizagem (dos conteúdos) e das ações em rede. Esta perspectiva convive com o contraditório do discurso da autonomia dos atores sociais; como processos interdependentes não podem ser autônomos.

Nesse ínterim, um paradoxo emerge com força: a persistência das convicções que articulam o discurso do protagonismo do agricultor familiar e a impossibilidade de mensuração na vida real – nas práticas concretas e discursos dos atores sociais, artífices da experiência, posicionados hierarquicamente – a horizontalidade das relações.

Assim, ao reconhecer as centralizações das decisões (em alguns atores individuais e coletividades) nas instâncias de coordenação, execução de políticas, tem-se, como consequência, que o agricultor e suas organizações - Sindicatos de Trabalhadores Rurais, associações comunitárias, grupos eclesiais, redes temáticas: bancos de sementes comunitários, fundos rotativos solidários, entre outros - não têm o mesmo peso nas decisões que o técnico e suas instituições de assessoria.

O posicionamento dos atores se relaciona diretamente com a capacidade de fazer-se escutar, convencer; somente possível quando existem experiências que são referências – e nestes casos existem – posicionadas e reconhecidas no cenário da disputa, com poder de intervenção e legitimidade. Não obstante, esses processos são

entremeados por tensões e conflitos, explícitos ou silenciados, outras formas de afinidades, consensos e compromissos políticos, resultado das múltiplas intervenções dos atores sociais; práticas sociais interdependentes que se deslocam e se transformam no encontro com o outro.

### Considerações Finais

As redes de atores do semiárido paraibano são expressões sociais e políticas da multiplicidade de lugares onde se aprende a colaborar, a ser solidário, democrático, recíproco, e, com a mesma intensidade, a rivalizar, a disputar espaços de poder nas instâncias de representação e participação políticas. Nelas se conjugam conflituosas relações de obrigação, interesse, solidariedade, aprendizagem e densos processos de regulação social.

Como instituição a ASA Paraíba mantém um aparato político-social-cognitivo que a referencia e legitima nas suas ações e, a partir daí, estabelece processos sociais, políticos, econômicos, convenções, regras, rituais de pertencimento, regulações formais e informais da vida dos seus membros; seleciona aliados, parceiros e adversários; credita e retira a confiança e legitima o que queira realizar.

Pensar as articulações em rede, numa perspectiva dos processos sociais e movimento de atores posicionados hierarquicamente, é um ato de reconhecimento da impossibilidade de uma estrutura horizontal de articulação social.

Estes processos sociais – por constituição - não são horizontais, nem solidários, muito menos harmoniosos, *per si*, podendo sê-los ou não; são articulações de atores que nas suas dependências recíprocas delimitam sua inserção social a partir das diferentes posições ocupadas – cenário de aproximações e distanciamentos, conflitos e construção de consensos e de regulação social e institucional: combinações simultâneas de processos que indicam quando uma ação pode ser considerada ‘mais ou menos’ solidária, horizontal, consensual ou conflituosa. As iniciativas institucionais, associadas às formas diversificadas de organização social, marcam o exercício e o aprendizado da solidariedade nas comunidades rurais.

## Referências

AGUIAR, Lourival Almeida de. **Liderança distribuída e autonomia articulada**: conceituação e prática num ambiente de mudança organizacional. Fortaleza: ESPLAR, 2003. 30p (mimeo.).

ARMAZENANDO água e produzindo alimento sagrado: a experiência de seu Francisco de Assis. **Informativo da Agricultura Familiar**, João Pessoa, [s.d.], n. 140, mar. 2006.

ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO. **Projeto Institucional**. Campina Grande: [s.n.], 2004.

BRITO, Paulo Afonso Barbosa de. **Redes sociais**: solidariedade e democracia no semi-árido brasileiro. 2007. 347 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2007.

**CARTA DE PRINCÍPIOS**. Articulação do Semi-Árido Brasileiro. Igarassú: [s.n.], 2000. 1 p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617 p.

DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: EDUSP. 1998.141 p.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Organizado por Michael Schroter; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1994b. 307 p. (v. 1).

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1993. 277 p. (v. 2).

\_\_\_\_\_. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte. Tradução Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997. 383 p.

\_\_\_\_\_. **História dos movimentos sociais e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995. 213 p.

\_\_\_\_\_. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005. 120 p (Coleção questões da nossa época, 123).

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo**: una perspectiva centrada em el actor. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: el Colegio de San Luis, 2007. 504 p. (Colección Investigaciones).

\_\_\_\_\_. From paradigm lost to paradigm regained. The case for an actor-orient sociology of development. In: LONG, Norman; LONG, Ann. **Battlefields of knowledge**: the interlocking of theory and practice in social research and development. New York: Routledge, 1992, p. 16-46.

MENEZES, Marilda Aparecida; MALAGODI, Edgard. Campina Grande. **Os camponeses como atores sociais**: a perspectiva da autonomia e da resistência. Campina Grande: Projeto IPODE/CNPq, 2009. 24 p. (mimeo.).

MOLL, Jaqueline; FISCHER, Nilton Bueno. Redes de vida em Porto Alegre. In: VILLASANTE, Tomas R. **Redes e alternativas**: estratégias e estilos criativos na complexidade social. Tradução Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Petrópolis: Vozes, 2002. 245p.

NOGUEIRA, Gleiceani. **Intercâmbio de experiências**: lugar de construção e troca de conhecimentos e de protagonismo dos agricultores e agricultoras. Recife: ASA, 2008. Disponível em: <[http://201.38.94.136:8082/int\\_interface/default\\_exibir\\_conteudo.asp?CO\\_TOPICO=2736](http://201.38.94.136:8082/int_interface/default_exibir_conteudo.asp?CO_TOPICO=2736)>. Acesso em: 28 mar. 2008.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 3. ed. Campinas, SP: [s.n.], 2001. 100 p.

PLOEG, Jan Douwe Van der. **The New peasantries**: struggles for autonomy and sustainability in an era of Empire and Globalization. London, Sterling, Earthscan, 2008. 356 p.

SANT'ANA, Silvio. **Governança e gestão da ASA**. Brasília, out. 2005. 26 p. (mimeo.).

SCHERER-WARRER, Ilse. Redes Sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007

SEMENTES da perseverança. **Semear**: Boletim da Agricultura Familiar, Campina Grande, PB, n. 6, set., 2005.

SEMENTES da solidariedade. **Semear**: Boletim da Agricultura Familiar. Campina Grande, PB, n. 6, set. 2005.

SIMMEL, G. Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

VILLASANTE, Tomás R. **Redes e alternativas**: estratégias e estilos criativos na complexidade social. Tradução de Carlos Alberto Silveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 245p.

UMA EXPERIÊNCIA de organização comunitária: a experiência da comunidade de Sussuarana. **O Candeeiro**: Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas, [s.l.], ano 1, n. 2, jul. 2007.